

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Virou a chave

A contar pelas declarações de assessores palacianos, acabaram as exonerações deflagradas depois que a medida provisória de compensação do IOF caducou. Agora, o governo está listando quais demissões serão canceladas e as novas nomeações nos estados. A base governista defende que a medida foi necessária para recompor a base no Congresso e garantir os votos.

Por falar em voto...

É com essa reorganização da base que o governo conta para aprovar os projetos do metanol, o do Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial e uma medida provisória sobre ajuste fiscal a ser enviada nos próximos dias. Com essa mexida em cargos de indicações, o governo espera evitar novas derrotas.

Novos rumos

O secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira, vai deixar o governo em abril de 2026 para concorrer a um mandato de deputado federal pelo PT-DF. À coluna, ele afirmou que, caso seja eleito, lutará pelas pautas de segurança pública na Câmara dos Deputados. “Um dos grandes objetivos dessa pré-candidatura é ir para o Congresso Nacional para ajudar a qualificar o debate sobre segurança pública”, explicou.

A metralhadora de Ciro

O ex-governador do Ceará Ciro Gomes afirma que o PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ex-presidentes Jair Bolsonaro e Michel Temer nada fizeram para combater o crime organizado e, por isso, as facções criminosas chegaram onde chegaram, principalmente no Rio de Janeiro. Ciro também acusou o PT e PSB no Ceará de serem contatos políticos de organizações criminosas, mas não apresentou qualquer prova. Leia mais no *Blog da Denise*.

"Apreensão de fuzis prova avanço do crime no Rio"

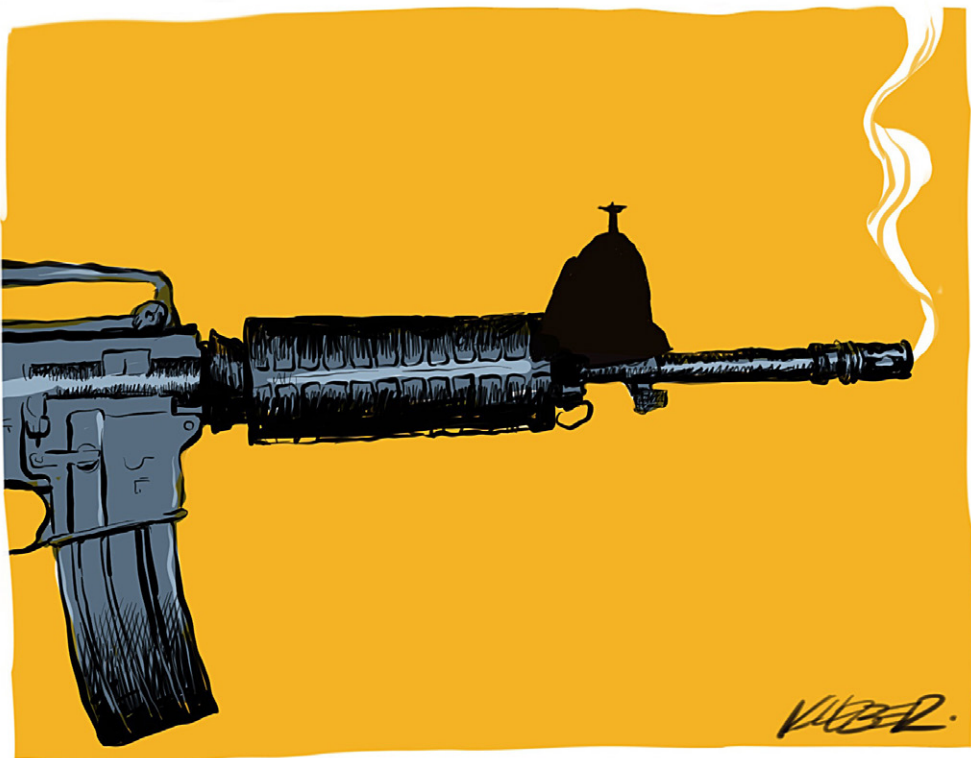
Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conesp), o policial federal Sandro Avelar — que comanda a área de segurança no Distrito Federal — considera que a operação no Rio de Janeiro representa a “crônica de uma morte anunciada”, dado o período em que os policiais foram praticamente proibidos de subir nas favelas por causa da ADPF das Favelas. “Nesse período, a criminalidade se fortaleceu”, diz ele, ao considerar o número de 100 fuzis apreendidos só nesta operação.

Este ano, os dados do Conesp indicam a apreensão de 600 fuzis no Rio de Janeiro. O segundo estado em número de apreensões desse tipo de arma, que é privativa das forças de segurança, é a Bahia, com 60. “Quem não é da área, talvez não se choque com esse

número de 100 e de 600 fuzis, mas é altíssimo em se tratando de armamento restrito”, afirma.

» » »

Mina de bandidos/ Secretários da Região Norte têm relatado em reuniões que as áreas tomadas pelo crime no Rio de Janeiro têm servido de esconderijo para os chefes do tráfico. Muitos monitoramentos de inteligência têm indicado que muitos estão por lá. Agora, depois da reunião conjunta, o governo federal e o do estado do Rio de Janeiro prometem cuidar disso e atuar em parceria para combater o crime organizado. A CPI no Senado também tratará desse tema. Vejamos se “agora vai”.



CURTIDAS

Inauguração em breve/ A ponte que caiu em Estreito (MA), em dezembro de 2024, deve ser entregue agora em novembro, menos de um ano depois da queda que abalou o Brasil. Os governos federal e local pretendem fazer uma ampla divulgação da entrega.

IA e a saúde/ Os ministros Alexandre Padilha (Saúde) e Fernando Haddad (Fazenda), além do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso participam, amanhã, do 29º Congresso da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge). O encontro capitaneado pelo presidente da Abramge, Gustavo Ribeiro, vai debater os principais problemas relacionados à saúde pública e suplementar do Brasil e o uso da inteligência artificial no setor.

L&PM/Divulgação

Ponto alto/ A palestra magna do congresso da Abramge estará a cargo do filósofo, historiador e escritor Yuval Noah Harari (**foto**), convidado de honra, um estudioso desta nova era da IA em todas as áreas. Para quem estiver em São Paulo, vale a ida, hoje, ao Teatro Santander.



Prestigiado/ O ministro Guilherme Boulos não pode reclamar de falta de prestígio. A posse estava lotada de deputados federais, mas, no meio da sessão da Câmara, Laura Carneiro (PSD-RJ), ao perceber que estava na hora da cerimônia, perguntou, “Ué? Ninguém vai para o Boulos?” O plenário da Câmara esvaziou rapidinho. Até o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), fez questão de comparecer.

Colaborou Luana Patriolino

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Uma CPI contra as facções

Alcolumbre anuncia comissão — cujo pedido de criação foi feito em fevereiro — para investigar o avanço do crime organizado no país

» DANANDRA ROCHA

A megaoperação policial que deixou 121 mortos nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, fez com que o Congresso se mexesse, apesar de matérias relacionadas ao tema da segurança pública tramitarem lentamente entre os parlamentares. Uma das medidas foi a nunciada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que marcou para a próxima terça-feira a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a estrutura e o funcionamento do crime organizado.

Segundo comunicado divulgado pela assessoria de Alcolumbre, “a comissão irá apurar a estruturação, a expansão e o funcionamento do crime organizado, com foco na atuação de milícias e facções. É hora de enfrentar esses grupos criminosos com a união de todas as instituições do Estado brasileiro, assegurando a proteção da população diante da violência que ameaça o país”.

A criação da CPI atende a um requerimento apresentado, em fevereiro passado, pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), cujo pedido foi lido por Alcolumbre em junho. O parlamentar sergipano pretende ficar com a relatoria do colegiado, mas a escolha ainda carece de acordo, uma vez que depende de quem presidirá a comissão.

Entre os parlamentares indicados para compor a comissão estão Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Sergio Moro (União-AP), Jaques Wagner (PT-BA) e Rogério Carvalho (PT-SE).

Acusações

Se, por um lado, há certa convergência entre governistas e oposicionistas sobre a criação da CPI, de outro a megaoperação fez com que se culpassem mutuamente sobre os

resultados — que receberam severas críticas de especialistas e nas redes sociais. Sobretudo, no que se refere à questão da coordenação entre os governos fluminense e federal.

Para o deputado Chico Alencar (PSol-RJ), a operação foi resultado de uma política “de guerra aberta”, que ignora a presença de civis nas comunidades. “Uma ação que mata mais de 100 pessoas, muitas fora de confronto, não pode ser chamada de êxito”, afirmou.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também criticou a condução da operação e questionou o silêncio do governo estadual sobre a incursão contra o Comando Vermelho nos complexos de favelas da Zona Norte da capital fluminense. “Cláudio Castro precisa ser investigado por sua política de segurança e vai ter que responder pelo que está acontecendo. Ele está criando um fato político-eleitoral”, acusou, em discurso no Plenário, ao rebater as acusações de que a esquerda seria conivente com o crime organizado.

Na outra ponta, os bolsonaristas defenderam a operação e responsabilizaram o governo federal pela escalada da violência. O deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) lembrou que “o presidente Lula disse que traficantes são vítimas. Isso é um absurdo. O Estado precisa retomar os territórios dominados pelo tráfico. Cadê o Brasilsoberano? O Congresso está sendo omissão. Temos que lutar contra o crime organizado de forma dura”.

Já o presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP), protocolou requerimentos para convocar os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) e José Múcio Monteiro (Defesa). O parlamentar acusa o governo federal de “omissão grave” por ter negado o envio de tropas federais e blindados para apoiar a operação. **(Com Agência Estado)**

Jefferson Rudy/Agência Senado



A comissão irá apurar a estruturação, a expansão e o funcionamento do crime organizado, com foco na atuação de milícias e facções. É hora de enfrentar esses grupos criminosos com a união de todas as instituições do Estado brasileiro”

Senador Davi Alcolumbre (União-AP)

Secretário quer relatar PL do terrorismo

Em paralelo à troca de acusações entre governistas e bolsonaristas na Câmara, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PL-SP), esteve ontem na Casa e disse que se afastará temporariamente do governo paulista, no início de novembro, para reassumir o mandato de deputado federal e relatar o Projeto de Lei (PL) 1.283, que equipara facções criminosas a organizações terroristas. A licença deve durar cerca de uma semana, tempo suficiente para a apresentação do

parecer sobre o texto, que voltou à pauta após a megaoperação.

A proposta, de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE), foi protocolada em março e tramita nas comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça da Câmara. O projeto prevê que grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e as milícias sejam enquadrados na Lei Antiterrorismo.

Segundo Derrite, o relatório deve incluir dispositivos que ampliam o conceito de terrorismo

para práticas como o domínio territorial — e o uso de artefatos explosivos, como granadas. A expectativa é que o parecer seja apresentado aos líderes partidários na próxima semana e levado à votação logo em seguida.

Derrite destacou, ainda, que o projeto “não pode esperar” a chegada de uma proposta alternativa de enfrentamento às facções, que ainda não foi enviada pelo governo federal. “Se não dermos essa resposta, o crime organizado vai continuar avançando”, frisou.

Da parte do Palácio do Planalto, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública, que propõe maior articulação entre União e unidades da Federação. “Ficou mais uma vez evidente a necessidade de integração entre forças de segurança e o fortalecimento das instituições federais no combate ao crime organizado”, publicou, no X (antigo Twitter). **(DR)**

Leia mais na página 6